SINMED-MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

Trabalho MÉDICO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...
Impresso Especial
7317236901/2001-DR/MG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG - Ano 2 - nº 5 fev/mar/abr/2006

Representantes de entidades reunidos no Sinmed-MG para discutir o movimento

"SOS Pediatria"

Movimento encabeçado por entidades da área médica e gestores estadual e municipal busca alternativas para diminuir as ameaças que afetam os médicos da especialidade e prejudicam o atendimento à população

editorial

Nesta primeira edição do jornal em 2006, trazemos várias questões ligadas ao trabalho médico sob o ponto de vista do poder público, representado pelo ministro da Saúde, Saraiva Felipe.

Na página 2, propomos uma reflexão sobre o papel do sindicato no dia-a-dia do médico e mostramos como a entidade é fundamental na defesa dos interesses da categoria.

Também são destaques no jornal o importante movimento "SOS Pediatria", uma iniciativa de várias entidades médicas para valorizar e estimular a especialidade, que corre sério risco de acabar. O movimento, de grande abrangência social, realiza, agora em março, um seminário aberto a toda a população, especialmente à classe médica.

Veja também os principais contatos da Comissão de Defesa do Médico na capital e interior, que, só no ano passado, realizou 81 atendimentos em Belo Horizonte.

Por fim, lembramos que as lutas do sindicato por melhores condições de trabalho continuam em todas as frentes - poder público, iniciativa privada, cooperativas, saúde suplementar. Estamos de braços abertos para receber o trabalhador médico e compartilhar com você cada conquista da categoria, a qual temos o orgulho de representar.

seus direitos

Aumento da demanda pelos serviços jurídicos do sindicato reflete a confiança do associado

página 3

em campanha

Acordo salarial e Plano do HMOB já são lei. Médicos contratados da Fhemig também têm conquistas

página 7

entrevista

A visão do ministro da Saúde, Saraiva Felipe, mineiro de origem e de coração, sobre vários temas ligados ao trabalho médico

páginas 4 e 5

Saraiva Felipe em entrevista ao "Trabalho Médico"

Sinmed-MG é a principal entidade de apoio ao trabalhador médico

A diretoria do Sinmed-MG já está em plena atividade para garantir novas conquistas para os médicos, momento propício para uma reflexão sobre o papel da entidade.

"Muita gente só lembra que o sindicato existe na hora em que se depara com um problema na vida profissional - contratação irregular, violência, defasagem salarial etc. Mas, na realidade, as conquistas da entidade beneficiam a todos e, quanto mais próxima a categoria estiver, mais peso terão as reivindicações e maior será a possibilidade de êxito", diz o presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado.

Segundo ele, o objetivo da entidade é fazer valer a força da mobilização da categoria visando obter os maiores ganhos, tanto no setor público quanto no privado. "Um trabalho que demanda muita dedicação e seriedade da parte dos diretores. A maioria deles continua exercendo as atividades normais de médico, e prestando serviços ao sindicato", diz o presidente.

O diretor Financeiro, Jacó Lampert, lembra que a sobrevivência do sindicato depende exclusivamente da categoria. "É do pagamento das contribuições Social e Sindical que provêm os recursos para que a entidade possa realizar um trabalho digno e que realmente atenda as expectativas dos médicos", afirma.

Campanhas

O sindicato realiza três campanhas anuais para pagamento das contribuições. A primeira, agora em fevereiro, para recolhimento da Contribuição Sindical. A segunda, em julho, para pagamento da Contribuição Social. A terceira, em novembro, para recobrança dos valores que não foram pagos e para aqueles médicos que desejam antecipar as contribuições do próximo ano.

A Contribuição Sindical de 2006 tem o valor de R$111,78 e deve ser paga para o Sinmed-MG até 24 de fevereiro. Desse total, somente 60% ficam para o Sinmed-MG. O restante é compulsoriamente destinado a outras entidades.

A Contribuição Sindical – taxa anual, única e obrigatória por lei –, pode ser recolhida por meio de desconto no contracheque ou por boleto bancário expedido pelo sindicato. Como as contribuições Sindical e Social são as únicas fontes de renda da entidade, o Sinmed-MG recomenda que o médico escolha, preferencialmente, a opção do boleto bancário, evitando que os recursos sejam desviados. Para que não haja reincidência do recolhimento, a opção deve ser comunicada imediatamente ao empregador.

Caso você não receba o boleto de cobrança até 20 de fevereiro, retire a segunda via na sede do Sinmed-MG (Rua Padre Rolim, 120, São Lucas). Mais informações pelo telefone (31) 3241-2811.

expediente

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG
Fone: (31) 3241-2811
E-mail: geral@sinmedmg.org.br
Site: www.sinmedmg.org.br
Diretoria: Alessandra Nara Korres, Amélia Maria Fernandes Pessôa, Andréa Aparecida B. Alves, André Kiyomitsu, Aripuanã Cobério Terena, Aroldo Gonçalves de Carvalho, Carlos Romero F. de A. Lemos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Eduardo Almeida C. Filgueiras, Élson Violante, Fernando Luiz Mendonça, Geórgia C. B. Medrado, Henrique Leonardo Guerra, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira, Márcio Costa Bichara, Marco Antônio Torres, Maria Cristina R. V. Coelho, Maria Madalena dos S. Souza, Nagib Neves Abdo, Oswaldo Cruz Júnior e Wagner Alexandre Ezequiel.
Conselho Fiscal: Aloísio Prado Marra, David dos Santos Schmidt, Geraldo José Coelho Ribeiro, Jules Jésus Ayoub, Margarida C. Sofal Delgado e Paulo César Machado Pereira.
Assessoria de Comunicação: Mônica Salomão
Jornalista Responsável: Regina Perillo - MT 11.697/SP
Textos e Edição: Regina Perillo Comunicação
Projeto gráfico, editoração eletrônica e ilustrações: Genin
Fotos: Gláucia Rodrigues
Impressão: Imprimaset Ltda
Tiragem: 23.500 exemplares

Os artigos assinados são da responsabilidade dos autores

Nova edição do Curso Livro-Caixa acontece em 8 de março

Anote: dia 8 de março, às 19h30, o Sinmed-MG promove mais uma edição do "Curso Livro-Caixa para Médicos 2006". O curso vem em ótima hora, já que a data para entrega da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) é 30 de abril. Para as Pessoas Jurídicas, são dois prazos: as enquadradas no Simples devem entregar em maio; e as outras, em junho.

O curso dura três horas e acontece na própria sede do sindicato. Os médicos sindicalizados em dia com as contribuições Sindical e Social não pagam nada. O investimento é de R$ 30 para os demais. Os interessados devem entrar em contato com o sindicato pelo telefone (31) 3241-2811 para fazer a inscrição. São apenas 20 vagas.

Programa do curso

A contadora especializada na área médica Adriane Silva, que ministra o curso, explica que o "Curso Livro-Caixa para Médicos 2006" mostra as vantagens de se usar o procedimento do livro-caixa nas diversas situações de trabalho, oferece várias dicas para a elaboração da declaração de IRPF e informa sobre o que é ou não dedutível.

Segundo ela, somente com a escrituração do livro-caixa é possível deduzir a grande maioria das despesas realizadas pelos médicos contribuintes. "Muitas vezes, o médico paga mais do que deveria, por desorganização financeira e desconhecimento das despesas que podem ser deduzidas da declaração", afirma.

Para serem dedutíveis, as despesas precisam ser devidamente comprovadas e escrituradas no livro-caixa. Por isso, a contadora aconselha o médico a sempre pedir notas ou cupons fiscais nas compras, além de reunir todos os comprovantes recebidos das fontes pagadoras. "Embora, até dia 28 de fevereiro, as empresas sejam obrigadas a enviar o informe de rendimentos ao profissional, é bom solicitar o documento", acrescenta Adriane Silva. Ela explica que o informe de rendimentos é importante porque contém dados que também são informados pelas empresas à Receita Federal e, certamente, serão confrontados com as informações declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física.

Ganhos salariais na negociação com Sindicato dos Hospitais

Após seis meses de negociações com o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde de Minas Gerais, o Sinmed-MG conquistou um reajuste salarial de 8% para os médicos, a partir de fevereiro.

Segundo a secretária-geral do Sinmed-MG, Amélia Pessôa, esse reajuste representa um ganho real de quase 3%, o que diminui as perdas salariais de negociações anteriores. O sindicato continua lutando por melhores condições de trabalho desses profissionais.

Procura pelos serviços do Jurídico aumenta

A atual diretoria do sindicato tem realizado um grande esforço para ampliar e melhorar os serviços oferecidos aos médicos na área jurídica. Um dos resultados desse trabalho é a crescente demanda do departamento. Para se ter uma idéia, em setembro de 2005, tinham sido ajuizadas apenas duas ações, e, em dezembro, 21. "Os médicos estão se sentindo mais confiantes e amparados pelo órgão que os representa", afirma Geórgia Medrado, diretora da pasta.

Também aumentou muito a procura pelo Disque-Denúncia, que tem recebido telefonemas, tanto de Belo Horizonte como de outras cidades da Região Metropolitana. De acordo com a diretora, a maior parte das denúncias se relacionam a atos de agressão física e verbal cometidos contra o médico. Há ligações que registram falta de material adequado e casos de equipe incompleta. O telefone (31) 9911-6220 está à disposição da categoria de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, para defender o trabalho médico.

Médicos aprovam atendimento

Vários médicos já recorreram ao departamento Jurídico do Sinmed-MG. Segundo Geórgia Medrado, a maioria dos casos atendidos diz respeito a problemas trabalhistas, como a cobrança judicial de honorários médicos. Esse foi o caso de Daniel Augusto de Oliveira Antunes (CRM 39.485), clínico, que trabalhava para o município de Raposos sob o esquema de contrato administrativo e ficou sem receber por três meses. Com as eleições, o novo prefeito não assumiu a dívida da gestão anterior.

Arquivo

O médico Jordani Machado com a advogada Lívia Mol, do departamento Jurídico do sindicato

Após meses de tentativas de negociação por conta própria, o médico procurou os advogados conveniados do sindicato, que tomaram as medidas jurídicas cabíveis. Foi feito um acordo na primeira audiência. O médico conseguiu que os salários, atrasados em três meses, fossem integralmente pagos. Além disso, a prefeitura ficou responsável pelos honorários advocatícios e Daniel não teve qualquer custo.

O pediatra e médico do Trabalho Mário Resende Ferreira Filho (CRM 08634) também obteve uma resposta na primeira audiência. Ele tinha um contrato de trabalho com a Gestão Hospitalar (Gestho), que não depositava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) havia cinco anos. No acordo, o hospital pagou o que era devido, inclusive alguns reajustes previstos em duas convenções coletivas. Com a ajuda do Jurídico do sindicato, Mário também garantiu o direito à aposentadoria.

Já o ortopedista Jordani Campos Machado (CRM 26.068) recorreu ao departamento Jurídico para garantir sua participação em um concurso público para a Força Aérea Brasileira (FAB). Embora inconstitucional, o edital previa limite de 37 anos para as inscrições. Como o médico tem 42 anos, impetrou um mandato de segurança, obteve a liminar e fez o concurso. Ele obteve direito a justiça gratuita e não arcou com os custos do processo.

Os três profissionais avaliam como essencial o serviço prestado pelo sindicato. "É um benefício para toda a classe, porque só o sindicato sabe exatamente os nossos problemas profissionais e do que estamos precisando. Como um leigo, o médico precisa ser bem orientado, e é uma pena que alguns não conheçam esse apoio", avalia o ortopedista Jordani.

Como funciona

As advogadas Lívia Aguiar Mol e Marcela Guerra Souto ficam à disposição dos médicos na sede do Sinmed-MG de 14h às 18h, todos os dias, para tirar dúvidas e dar o encaminhamento adequado a cada tipo de demanda. Para os casos não resolvidos amigavelmente, o sindicato inicia ação judicial. Os médicos sindicalizados e em dia com as contribuições Sindical e Social e que apresentam queixas essencialmente trabalhistas não pagam pelo serviço.

Além dos serviços prestados pelos advogados no próprio sindicato, o Sinmed-MG mantém convênio com dois escritórios. Um cuida de ações e defesas nas áreas trabalhista, familiar e comercial; acompanhamento de contratos; cobranças; recursos para multa de trânsito; administração de locação de imóveis; entre outros casos. O outro é especializado em causas previdenciárias e presta serviços como inscrição de contribuinte, enquadramento salário-base, débitos, certificados negativos de débito, contagem de tempo para aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão e auxílio-doença.

Concurso da PBH para médicos

Ainda no primeiro trimestre de 2006, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) vai realizar um concurso público para diversas categorias profissionais da área de saúde, como médicos de várias especialidades, enfermeiros e auxiliares, segundo informou à imprensa o secretário municipal de Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior.

No momento, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) está fazendo uma avaliação dos cargos a serem criados, dos setores com mais déficits de profissionais da área médica etc, trabalho que vem sendo acompanhado de perto pelo Sinmed-MG, conforme conta Fernando Mendonça, 1º secretário Geral do sindicato e representante da entidade na Mesa Municipal de Negociação do Sistema Único de Saúde (Mesus). O edital ainda não foi publicado.

Fernando enfatiza que o sindicato considera o concurso público a única forma de resolver a carência de profissionais médicos na PBH e de oferecer uma forma legal e perene de trabalho para a categoria.

"Os vínculos precários, como contratos administrativos e Recibos de Pagamentos a Autônomos (RPAs), trazem grande intranqüilidade profissional e financeira para o médico, e não podem ser mais tolerados. Com o concurso, todos serão beneficiados – a categoria, a PBH e a população –, já que a atual situação tem ocasionado perda de profissionais, principalmente nas unidades de urgência, sobrecarregando o atendimento", avalia o 1º secretário Geral do Sinmed-MG.

Cuidados ao prestar um concurso

Para que o sindicato possa auxiliá-lo em qualquer demanda relacionada a concursos públicos, é preciso que o prazo de validade não tenha se expirado. Portanto, fique atento a estas dicas do departamento Jurídico:

* Ao fazer um concurso, fique atento ao prazo de validade. A lei diz que "o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período" (art. 37, III, da CF/88).
* Quando o concurso é prorrogado, é preciso a publicação de um edital. Preste atenção também à nova data de validade.
* Fique atento se todas as vagas previstas no edital foram ocupadas. Se você foi classificado dentro do número de vagas disponíveis, a nomeação tem que acontecer no prazo previsto pelo edital. O cargo não pode ser preenchido por pessoas que não fizeram o concurso.
* O sindicato pode ajudar na elaboração e envio de um requerimento ao órgão que fez o concurso para saber sobre o preenchimento das vagas, a classificação do médico e o último candidato nomeado.

O trabalho médico segundo Saraiva Felipe

Nesta entrevista, exclusiva ao Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, aborda algumas das principais questões que envolvem o trabalho médico, como a criação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários específico para a categoria no SUS, a precariedade dos vínculos de trabalho, a aprovação da EC 29, o Exame de Ordem e a abertura indiscriminada de escolas médicas.

A criação de um Plano de Carreiras, Cargos e Salários do SUS é uma discussão nacional que tem o apoio do Ministério da Saúde. Qual o posicionamento do governo sobre o assunto?

Em primeiro lugar, eu não acredito que seja possível consolidar o SUS sem que tenhamos parâmetros nacionais em relação à remuneração e aos planos de carreiras, cargos e salários. Podemos gastar muito dinheiro, como estamos gastando, em recuperação de prédios, equipamentos de hospitais, mas, se não cuidarmos da remuneração dos profissionais de saúde e, particularmente, dos médicos, nunca vamos obter o resultado esperado no que diz respeito à assistência aos usuários do SUS.

Temos orientado a Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde para que agilize todos os encaminhamentos nesse sentido. Como ministro da Saúde, sou forçado a ampliar a discussão sobre a carreira dos profissionais de saúde, mas, obviamente, dando ênfase à questão dos médicos, que são os profissionais essenciais dentro do atendimento do SUS no país inteiro.

Temos visto que existe nessa discussão uma tendência a considerar o que a gente vem chamando de "carreirão do SUS", colocando no mesmo patamar profissionais de nível superior. O sindicato tem defendido que, a exemplo do que acontece na Prefeitura de Belo Horizonte, uma vez que o médico tem de fato uma diferenciação tanto na formação, quanto na responsabilidade, uma carreira específica da categoria acaba valorizando todas as outras carreiras da saúde, embora muitas profissões não tenham essa percepção.

Essa pressão é um fato, muitas vezes dentro daquela idéia de que, se o médico estiver em igualdade de condições com enfermeiros, odontólogos etc, significaria que, em nome das equipes multiprofissionais, seriam assegurados maiores ganhos para todos os profissionais de saúde. Embora a minha posição muitas vezes soe como uma atitude corporativa, por eu ser médico, acho que devemos acompanhar com objetividade o que acontece em nível do atendimento dentro da equipe de saúde. Isso vale não só para o médico, mas para qualquer carreira, eu quero que isso fique frisado, fisioterapeuta, qualquer um.

Então, me parece que, quando se tenta fazer esse "carreirão", incluindo todo mundo, o que eu estou propiciando é a criação de dificuldades para todas as categorias que integram a equipe de saúde. A orientação que o Ministério da Saúde tem dado é no sentido de trabalhar com parâmetros, fazendo as distinções que são dadas, por um lado, pelo próprio mercado, e, por outro, também pelo grau de responsabilidade de cada um dos componentes indispensáveis na equipe de saúde, dentro do atendimento prestado à população.

> **"A valorização do profissional médico é questão essencial para a construção do SUS"**

O que se alega é que essa diferenciação seria contra os princípios do SUS.

O que posso dizer é que não vejo assim e, se tentarmos trabalhar dessa forma, não vamos avançar na construção de um plano de carreiras, cargos e salários dentro do SUS para cada uma das categorias profissionais que o integram, seja um agente comunitário ou um médico. E, dentro da valorização dos profissionais médicos, obviamente que o grau de especialização, a formação profissional, a pós-graduação, tudo isso precisa também ser valorizado. É uma posição pessoal minha. Acho que quem tem condições de prestar o melhor atendimento, que dedicou mais a aprofundar os estudos, também merece uma renmuneração diferenciada.

Um dos grandes problemas da categoria é a precarização do trabalho médico, com um número enorme de contratos administrativos. O sindicato defende a realização de concursos públicos para mudar esta situação, que além de desfavorável aos médicos afeta o atendimento a população. Qual o posicionamento do Ministério sobre esse assunto? Em relação ao SUS, o governo está buscando alguma forma de disciplinar e legalizar essa situação?

Para mim, a área mais árdua dentro do SUS é a que trabalha com recursos humanos, apesar do devotamento das pessoas que nela atuam. Até agora, é a que ficou mais atrasada e que recebeu menos impulso político para que fosse implementada dentro do SUS. Acho que as questões essenciais são valorização dos profissionais, mais segurança no trabalho, salários adequados, que coloquem fim aos múltiplos empregos, sem esquecer fatores como instalações inadequadas e equipamentos sucateados.

Se, por um lado, eu acho que o Brasil tem o sistema de saúde mais avançado do mundo, por outro, eu vejo que as questões dos recursos humanos de uma forma geral e do trabalho médico em particular sejam talvez em que estejamos mais atrasados, que tenhamos caminhado menos em nível de estruturação nacional do Sistema Único de Saúde.

A Constituição determina acesso ao serviço público por concurso, só que a gente vê que, no Estado de Minas, por exemplo, mais de 50% dos médicos que trabalham na Fhemig o fazem sob contrato administrativo, uma forma de trabalho precária e ilegal. Sabemos também que esse é um problema recorrente nas prefeituras do interior. Como o senhor vê isso? É possível caminhar no sentido de eliminar esses contratos?

Aqui nós vamos ter uma posição que não vai ser coincidente, porque a pergunta contém uma assertiva. Em primeiro lugar, eu defendo que a entrada no serviço público seja sempre, conforme preconiza a Constituição, por meio de concurso público. Agora eu estou vendo, em vários Estados, o movimento de criação das Oscips e a experiência de fazer os serviços de saúde funcionarem por meio dessas organizações. Algumas experiências já foram implantadas no Rio e em São Paulo, e há uma tendência de que isso aconteça em Minas Gerais.

O que se vislumbra com as Oscips é o pagamento por produção, mas de tal forma que isso também represente um aumento da remuneração. Acho que devemos criar um espaço de negociação e acompanhamento permanente sem entrar nos aspectos político e ideológico da questão para vermos o resultado do produto, o que, para mim, como profissional de saúde, ainda é uma incógnita. É possível que, na verdade, você tenha alguma forma que remunere os profissionais de saúde, particularmente o médico, de uma maneira mais adequada dentro dessas tentativas de terceirizar a prestação de serviço.

Acho que tanto os sindicatos, como o Sinmed-MG, quanto os gestores, e aí falo principalmente do Ministério da Saúde, responsável por mais da metade dos recursos gastos no sistema público de saúde no Brasil, devem cuidar para que não caiamos em experiências fracassadas, como aquelas que foram tentadas na época em que o Paulo Maluf era prefeito de São Paulo. Por outro lado, esse nível de flexibilização precisa ser acompanhado para ver em que vai dar e se realmente vai trazer benefício no atendimento à população e uma condição de trabalho mais adequada para os profissionais de saúde.

> **"O 'carreirão do SUS' acaba trazendo dificuldades para todas as categorias que integram a equipe de saúde"**

O sr. tem defendido uma revisão das tabelas dos honorários dos médicos do SUS. Que encaminhamento o governo tem dado ao assunto?

Na verdade, não vamos mexer em honorários, já que não existe mais a remuneração direta aos profissionais. O que estamos estudando, e isso não acontece há 12 anos, é necessário que se frise, é a correção dos tetos dos Estados e municípios e a correção seletiva das tabelas. Muitas vezes, os procedimentos de alto custo estão contemplados dentro do mercado, mas aqueles atendimentos que envolvem menos tecnologia, em que o trabalho do profissional de saúde é mais importante, estão defasados

e em desequilíbrio em relação aos atendimentos que incorporam mais tecnologia. Eu não posso gastar um centavo até a aprovação do Orçamento, mas depois disso eu tenho o compromisso de mexer nos tetos e nessas tabelas de forma seletiva, privilegiando os atendimentos mais defasados atualmente.

> **"O resultado do gerenciamento por Oscips ainda é uma incógnita para mim, como profissional de saúde"**

Ou seja, é importante que o sistema passe a remunerar mais o trabalho e menos a máquina?

É. Acho, inclusive, que essa incorporação tecnológica desenfreada, muitas vezes desnecessária, acaba beneficiando mais os produtores de insumos e equipamentos em detrimento da remuneração, do que é a alma da assistência da saúde, que é o trabalho do profissional de saúde, particularmente, do médico. Não se justifica, por exemplo, dentro dos procedimentos, pagar de forma tão diferenciada uma cesariana em detrimento de um parto normal. Pode ser cômodo muitas vezes para a cliente e até para o colega médico, mas as conseqüências são um aumento da mortalidade materna e outros problemas que vamos tentar superar por meio de uma correção lógica e seletiva das tabelas de procedimentos do SUS.

O sr. tem apoiado a luta pela aprovação do Projeto de Lei 1/2003, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, sobre os recursos para o financiamento das ações do SUS e a forma de utilização desses recursos. Como o sr. vê a questão do governo do Estado de Minas, que não tem cumprido a Lei? E o governo federal tem cumprido seus compromissos?

Sem a regulamentação, eu posso dizer que nenhum dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – tem cumprido a Emenda Constitucional 29. Por meio de um trabalho hercúleo que eu, como ministro da Saúde, assumi, conseguimos até agora "limpar" as caronas que passam pelo Ministério da Saúde e que alimentam a atividade do governo, como a questão do programa bolsa-família e do saneamento em áreas urbanas. Até agora, temos conseguido evitar que esses contrabandos ou essas "caronas" contaminem o orçamento da Saúde. Não sei se vou conseguir até o final. Essa é uma luta em curso, na qual tenho buscado o envolvimento de diversas frentes.

Por parte dos governos estaduais, sem querer especificar, eu posso dizer que, dos 27 Estados da Federação, apenas sete aplicam os 12% preconizados na EC 29. Muitos deles se utilizam de recursos do orçamento do SUS para tentar chegar no piso proposto pela Emenda. Por exemplo, bandejão a R$1,00 com o dinheiro da saúde. De repente, se eu for olhar dessa forma, esporte é saúde, lazer é saúde e por aí afora. O que é importante na regulamentação é que ela tipifica o que são ações de saúde, desde a prevenção até a alta complexidade, evitando que se incluam no bojo da saúde atividades que, embora tenham a ver com o assunto, não são específicas da área.

Com sua experiência de parlamentar, como o sr. vê o interesse do Congresso na aprovação do projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional 29?

Tenho buscado mostrar a importância do projeto e os seus benefícios em todas as oportunidades, em conversas, e até demonstrando, com a caneta na mão, que o Governo Federal já está sendo, por força da ação parlamentar, compelido a gastar o que está previsto na EC 29 com o SUS. Nós teríamos, com a regulamentação, um acréscimo em torno de 4 bilhões de reais, que é o que os governos estaduais estão deixando de gastar com o SUS, e outros 2 bilhões de reais de acréscimo com os municípios, considerando que 30% das prefeituras municipais não têm gasto o dinheiro corretamente.

Então nós teríamos 3 bilhões do Governo Federal, tirando essas caronas, mais 6 bilhões que os governos estaduais e municipais deixam hoje de gastar, conforme estabelece a Emenda 29. Ou seja, teríamos um aumento muito significativo de 9 bilhões de reais na saúde – recurso que estou me comprometendo a utilizar nas áreas de média e alta complexidade, sobretudo média complexidade – para recompor valores defasados de procedimentos, sobretudo aqueles que, como falei antes, exigem mais dos profissionais de saúde, particularmente dos médicos.

O Estado de São Paulo instituiu um modelo piloto de Exame de Ordem para a profissão médica no Brasil, a exemplo do que já existe para o exercício da Advocacia. O sr. é a favor ou contra o Exame de Ordem para os médicos, e por quê?

Os problemas são tantos que eu ainda não refleti sobre essa questão. Mas tenho uma opinião: essa é uma discussão importante, que não pode prescindir do envolvimento das entidades representativas dos profissionais que serão avaliados, na decisão sobre o que fazer. Temos buscado agir dessa forma no Ministério da Saúde, envolvendo as sociedades de especialidades em discussões como o Programa Pratique Saúde (Sociedade de Cardiologia), o Programa de Saúde do Homem (Sociedade Brasileira de Urologia) e a campanha de vacinação infantil (Sociedade Brasileira de Pediatria). Da mesma forma, acho que precisa haver um diálogo com as representações sindicais e outros níveis de representações do conjunto da categoria médica para se adotar o que está sendo proposto.

Ainda repercutindo esse assunto, em recente evento em Belo Horizonte, o sr. falou que acha as categorias da saúde pouco participativas e pouco representativas no Congresso.

Vejo que algumas categorias são mais representativas e organizadas na hora de defender preventivamente os seus interesses. No caso dos interesses dos profissionais de saúde, isso é feito meio atabalhoadamente. Quando surge algum problema é um Deus nos acuda. Ou seja, não há um trabalho prévio de um diálogo mais fluido, mais permanente, de tal forma que essas idéias nem prosperem, venham elas do Executivo ou do Legislativo. O assunto Exame de Ordem é um bom exemplo da importância dessas discussões.

> **"Os atendimentos que envolvem menos tecnologia e exigem mais do médico são os mais defasados"**

Aqui em Minas, a atual diretoria do sindicato tem buscado uma interação maior com a Associação Médica e com o Conselho Regional de Medicina, mas em nível nacional isso é um pouco mais complicado. O sr. concorda que essa interação do conjunto da categoria, embora existam divergências, seria o caminho para a gente ganhar essa representatividade?

Divergências vão continuar existindo, mas, de qualquer forma, deve-se investir em fóruns de diálogo, focando o trabalho em denominadores comuns, como carreira do médico no SUS, mais recursos para a saúde, correção de procedimentos que estão defasados, temas que unem todo mundo. Obviamente, o sindicato vai ter sempre uma função que é histórica, fundamental. Com todos os problemas que afligem hoje o exercício da Medicina, o papel do sindicato ganha cada vez mais relevo no sentido de defender e proteger a categoria dos médicos. Aliás, é por isso que eu faço questão de ser membro do sindicato.

A abertura de escolas médicas tem acontecido de forma indiscriminada. Como o sr., que também é professor, vê essa questão?

Eu já vi até espaço de revendedora de veículo se transformar em faculdade. Há uma tendência de comercialização da formação superior no Brasil e o "cream de la cream" acaba sendo a questão dos cursos médicos. Acho que, por um lado, a política do governo precisa ser cada vez mais restritiva em relação à abertura de faculdades privadas. Vemos faculdades sendo autorizadas sem passar pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme preconiza a Constituição. Isso é um absurdo. Por outro lado, acho que uma resposta do governo para inibir esse apetite pela criação de escolas particulares seria propiciar às universidades federais condições para abrirem cursos médicos – e aí eu penso na qualidade e não na quantidade de médicos formados.

Como o sr. vê o exercício da Medicina hoje, o papel do médico perante a sociedade?

A situação hoje é completamente diferente do passado. Quando me formei, há 30 anos, tive várias oportunidades de emprego com uma remuneração digna. Hoje, a mesma angústia da hora de escolher a profissão é a angústia da hora de conseguir um espaço de trabalho, de se preparar para um concurso. Hoje vemos médicos enfrentando condições muito precárias de sobrevivência. As coisas estão cada vez mais difíceis com essa precarização, com a terceirização, e tudo isso acaba refletindo na qualidade de trabalho do profissional e na forma de reconhecimento que ele tem perante a sociedade.

Isso torna ainda mais fundamental a organização dos médicos por meio dos sindicatos e das entidades representativas. Eu gostaria de agradecer ao Sinmed-MG a oportunidade de falar com os médicos mineiros e chamar a atenção para o fato de que o momento é de engajamento, até mesmo de militância, junto aos sindicatos que representam a categoria.

Comissão Estadual de Defesa do Médico realiza 81 atendimentos em 2005

Em 2005, a Comissão Estadual de Defesa do Médico (CEDM) realizou 81 atendimentos, com a orientação de 74 profissionais (55 homens e 19 mulheres) que atuam em Minas Gerais e se sentiram ameaçados de denúncias de erro médico. Do total, 51 médicos se formaram em Belo Horizonte, 14 no interior do Estado e 9 em outras unidades da federação. "Atualmente, a Comissão acompanha mais de 150 processos", informa José Alvarenga Caldeira, diretor de Defesa Profissional do Sinmed-MG.

O trabalho da Comissão, uma parceria entre o Sinmed-MG e a AMMG, é prestar assessoria jurídica e de imprensa aos médicos nos casos de acusação injusta e precipitada de erro. A CEDM também atua preventivamente, para que os médicos reflitam sobre a relação médico-paciente.

"Em 2006, um dos objetivos da Comissão Estadual de Defesa do Médico é realizar mais palestras e seminários em faculdades e regionais do órgão, sobre prevenção da acusação de erro médico", informa Caldeira. O objetivo é discutir, com médicos e estudantes, que atitudes podem ser tomadas para evitar um processo.

Alessandro Carvalho/AMMG

Da esquerda para a direita: médicos Nagib Abdo, Cristiana Beaumord, José Alvarenga Caldeira e Ester Massara; advogados Francisco Gaudereto, Fernando Mitraud e Auro Valadares; jornalista Fabíola Sanches

Novas comissões regionais

Entre outras novidades para esse ano, Caldeira adianta que a intenção é criar mais comissões regionais de defesa do médico. As de Oliveira, Três Corações e Varginha já estão em processo de implantação. "Gostaríamos que médicos de outras regionais de Minas Gerais nos procurassem para fazermos uma parceria e fundarmos a comissão em outras cidades, aproveitando o nosso *know-how*", afirma.

Essa é a mesma opinião da diretora de Defesa do Exercício Profissional da AMMG, Cristiana Fonseca Beaumord, que, em fevereiro, assumiu a coordenação do serviço – o sindicato e a AMMG revezam-se semestralmente no cargo. Ela adianta que a pretensão é tentar estimular as associações médicas do interior a criarem comissões locais, para que o médico possa contar com um advogado na localidade onde trabalha.

Cristiana acrescenta que existe um projeto de criar um *website* sobre a comissão de defesa do médico, ou um *link* dentro dos *sites* da AMMG e do Sinmed-MG. A coordenadora explica que os atendimentos, feitos no Sinmed-MG no primeiro semestre, agora são realizados na sede da AMMG, mas "o trabalho da comissão continua na mesma linha".

Podem utilizar os serviços médicos filiados ao Sinmed-MG e à AMMG, quites com as entidades. As reuniões são realizadas sempre às terças-feiras, a partir das 18h. As consultas devem ser agendadas antecipadamente, na AMMG, pelo telefone (31) 3247-1618, de fevereiro a julho; e, de agosto a janeiro, no Sinmed-MG, pelo telefone (31) 3241-2811.

Outras informações: www.sinmedmg.org.br e www.ammg.org.br.

ESPAÇO AMIMER

Reciclagem de conhecimentos

"Objetivo é estimular os médicos a reciclar seus conhecimentos". Essa é uma frase da capa do Jornal da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG) n° 98. Infelizmente, a medicina e os médicos vêm sendo tratados de maneira distante, impessoal e agora, material. Material esse que já está gasto, usado e que deve ser reciclado.

E, então, eis que surge a solução: a educação continuada que agora é lei. Interessante... Não há estímulo maior que uma lei que obriga o médico a alcançar 100 pontos em 5 anos com critérios, no mínimo, cômicos. Estamos caminhando, a passos largos, para a derrocada de nossa profissão.

Será que estamos fadados a nos tornar não apenas proletariados baratos, que já somos, mas também a ser figuras de chacota como na charge da página 5 dessa mesma edição? Chacota de nossos pares e no jornal da associação a qual honramos com nosso compromisso anual. Pena...

Chega de engodo. A Associação Mineira dos Médicos Residentes (Amimer) luta por uma atualização profissional constante e acessível não somente daqueles que já se mostraram interessados na busca do conhecimento – médicos especialistas –, mas também de todos os profissionais da medicina, para o bem da nossa nação. Aguardamos discussões com todas as entidades médicas para chegarmos a um consenso que melhore a profissão médica e não a exponha de maneira ridícula perante a sociedade."

Daniel Pereira
Presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes

Compõem as Comissões de Defesa do Médico

Presidentes: Cristiano Gonzaga da Matta Machado (presidente do Sinmed-MG) e José Carlos Vianna Collares Filho (presidente da AMMG)

Membros pelo Sinmed-MG: José Alvarenga Caldeira (Coordenador), Aripuanã Cobério Terena e Nagib Neves Abdo

Membros pela AMMG: Cristiana Fonseca Beaumord (Coordenadora) e Maria Ester Massara Café

Advogados: Auro Caldeira Valadares, Fernando Mitraud e Francisco Gaudereto

Jornalista: Fabíola Sanches (AMMG)

Nos municípios do interior, uma rede de representantes pode dar pequenas orientações aos médicos e fazer o encaminhamento à Comissão Estadual de Defesa do Médico. Mais informações sobre o trabalho no interior, ligue (31) 3247-1618.

Representantes da Comissão Estadual de Defesa do Médico no interior

Acesita: Antônio Eustáquio Sampaio de Souza; **Alfenas:** Glaycon Baeta Lopes; **Andradas:** Margaret Sieiro Ribeiro Costa; **Barbacena:** Luiz Eduardo Grisolia de Oliveira; **Betim:** Sílvia Siqueira; **Boa Esperança:** José Marcelo Freire Figueiredo; **Carmo da Cachoeira:** Elenita Reis Veiga Lima; **Formiga:** Ubiratan de Brito Mota; **Guaxupé:** Mário Cerdeira Júnior; **Itabira:** Edson Pereira Lima; **Itajubá:** Kleber Lincoln Gomes; **Juiz de Fora:** Flávio Ribeiro Martins; **Lavras:** Eliana de Souza Almeida; **Nova Lima:** Sílvio Musmann; **Oliveira:** Gilma de Fátima Soares; **Passos:** Eurípedes José da Silva; **Pouso Alegre:** Fernando de Oliveira Duarte; **Santa Luzia:** Fernando Luiz de Mendonça; **São João del-Rei:** Luiz Carlos Ângelo Teixeira; **Três Corações:** Edson Vilela de Oliveira; **Varginha:** Renato Sérgio Paiva Rodrigues.

Comissões Regionais de Defesa do Médico

Para dar acolhimento e aconselhamento aos médicos do interior que estiverem expostos à acusação de erro médico, a CEDM ampliou a área de atuação com a criação das Comissões Regionais de Defesa do Médico (CRDM), que já contam com uma sede em Divinópolis, Governador Valadares e Poços de Caldas.

Veja os representantes das Comissões Regionais e como contatá-los:

DIVINÓPOLIS - Integrantes: Antônio de Pádua Silva, Eduardo Dias Chula, Sérgio Wyton Lima Pinto e Ildeu Guimarães Mendes (advogado). **Endereço:** r. Minas Gerais 665, 810, Centro, 35.500-007, (37) 3214-6900, wytonlp@uol.com.br. **Horário de atendimento:** quartas-feiras, às 20h.

GOVERNADOR VALADARES - Integrantes: João Antônio da Silva Pereira, Marco Aurélio Pifano, Paulo Bicalho, Paulo Sérgio, Rogério Teixeira César, Sebastião Santiago, Ronald Amaral (advogado). **Endereço:** r. Marechal Floriano, 600, 805, Centro, 35.010-140, (33) 3271-4902 (Sinmed) e (33) 3271-7742 (AMGV), sinmedgv@ig.com.br e amgv@amgv.org.br. **Horário de atendimento:** segunda a sexta-feira, 8 às 12h, e 14 às 18h.

POÇOS DE CALDAS - Integrantes: Benedito Cauby Ferreira e Silva, Gian Carlos Chiavegatti, João Guilherme Franco, Noboro Arashiro, Plínio Giovani Sarti Filho, Regina Maria B. Cioffi, Sérgio Poli Gaspar, Wagner Ramalho, Wilson Batista, Adrian Cagnani (Assessor Jurídico) e Antônio Paulo Ferreira e Silva (Assessor de Imprensa). **Endereço:** r. Assis Figueiredo, 29, Centro, 37701-000, (35) 3722-1734, ampc@pocos-net.com.br. **Horário de atendimento:** de segunda a sexta-feira, 9h às 11h30, e 13h às 18h.

Médicos contratados da Fhemig conquistam equiparação salarial com efetivos

Depois de várias rodadas de negociação, os cerca de 1.200 médicos contratados da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) conquistaram a equiparação salarial com os médicos efetivos. A notícia foi comunicada à categoria em reunião realizada dia 21 de dezembro, na sede da Fhemig, em que participaram o presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, e vários diretores da entidade; o diretor do Hospital de Pronto-Socorro (HPS) João XXIII Charles Simão Filho; o conselheiro do CRMMG Kleber Elias Tavares; e o presidente da Fhemig, Luís Márcio Araújo Ramos.

Com o novo valor, os médicos contratados da Fhemig passaram a receber, a partir de janeiro de 2006, R$2.214 por 24 horas semanais, o que representa um aumento de 34% sobre o antigo - R$1.714. O novo valor também será referência para o pagamento dos abonos de urgência. Só no HPS João XXIII, dos quase 600 médicos em atividade, 300 trabalham sob o regime de contrato administrativo.

Arquivo

Reunião na Fhemig, dia 21 de dezembro, quando houve o comunicado da equiparação salarial, com Luís Márcio, ao centro, e Cristiano da Matta Machado, á direita

A luta continua

Para Matta Machado, a equiparação é apenas o começo de uma grande batalha: "Os médicos do João XXIII, que encabeçaram as lutas, estavam há vários anos sem um movimento consistente por melhorias e essa primeira vitória mostra que, para haver conquistas, é preciso mobilização".

O Sinmed-MG está formando uma comissão técnica composta por dirigentes e delegados sindicais, com o objetivo de levantar os problemas da Rede Fhemig e montar uma pauta de reivindicações que contemple melhorias salariais para efetivos e contratados, realização de concursos para substituir os contratos precários e adequação das condições de trabalho.

A Fhemig conta com 22 unidades assistenciais no Estado, entre elas Centro Geral de Pediatria (CGP), Hospital de Pronto-Socorro de Venda Nova, HPS João XXIII, Hospital Júlia Kubitschek, Instituto Raul Soares e Maternidade Odete Valadares.

Lei do Plano de Carreira do HMOB e do acordo salarial garante direitos dos médicos

Foi finalmente publicada, dia 13 de janeiro, no Diário Oficial, a Lei 9.154, que institui o Plano de Carreira do Hospital Municipal Odilon Behrens (HMOB) e regulamenta o acordo salarial firmado em 2005 para a Administração Direta, extensivo aos médicos do HMOB.

A referida Lei foi sancionada pelo prefeito Fernando Pimentel, após ser aprovada na Câmara Municipal em primeiro e segundo turnos, dias 20 e 26 de dezembro, respectivamente, com parecer favorável de todo o plenário.

As emendas propostas, entre elas a que tratava da realização da Avaliação de Desempenho em 2006 para os médicos do HMOB, foram vetadas. Entre outros assuntos, a Lei também reorganiza as tabelas de cargos públicos efetivos e funções públicas da Beneficência da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e concede reajustes remuneratórios.

Embora tenha muitas ressalvas em relação ao Plano de Carreira aprovado e à forma arbitrária com que o assunto foi conduzido pelo governo municipal, o Sinmed-MG considera que a Lei 9.154 traz benefícios para os servidores médicos da PBH. "As conquistas alcançadas foram muitas, mas é importante ressaltar que várias reivindicações da categoria não foram contempladas. O objetivo agora é a implantação imediata do Plano de Carreira do Odilon e a efetivação do pagamento das conquistas salariais", diz a secretária Geral do sindicato, Amélia Pessôa. Segundo ela, a Secretaria de Saúde assumiu o compromisso de efetuar o pagamento da Administração Direta referente a janeiro já em fevereiro.

Conheça o projeto na íntegra no *site* da PBH: www.pbh.gov.br. Acesse os *links do* Diário Oficial – edições anteriores – 13 de janeiro de 2006 – Lei 9.154, de 12 de janeiro de 2006.

Adicional de Insalubridade para os médicos do Estado

O Sinmed-MG enviou aos cerca de 1.200 médicos do Estado uma correspondência com orientações sobre o Adicional de Insalubridade, benefício que não vem sendo pago aos profissionais que atuam no sistema estadual de saúde.

Geórgia Medrado, diretora do departamento Jurídico do sindicato, explica que "o adicional de insalubridade é uma forma de compensar, minimamente, os danos causados à saúde dos médicos por agentes insalubres freqüentes no local de trabalho, em virtude da própria natureza da profissão."

A correspondência foi acompanhada de um requerimento para ser preenchido pelos médicos que se julguem no direito de receber o benefício. Após o preenchimento, o documento deverá ser protocolizado no local de trabalho.

Na hipótese de negativa do pedido, o médico deve entrar em contato com o Sinmed-MG. "A Assessoria Jurídica do sindicato está apta a propor a pertinente ação judicial com o objetivo de assegurar o recebimento do Adicional de Insalubridade, caso constatada, por meio de perícia técnica, a efetiva condição de insalubridade de seu local de trabalho", informa a diretora.

O serviço é oferecido aos associados em dia com as contribuições Social e Sindical. Anote os horários e contatos da Assessoria Jurídica do Sinmed-MG: 2ª a 6ª feira, das 14h às 18h. Telefone: (31) 3241-2811. E-mail: juridico@sinmedmg.org.br.

Veja, abaixo, o texto do requerimento, para ser usado como modelo caso você decida solicitar o benefício. O documento também está disponível no *site* do sindicato: www.sinmedmg.org.br. Basta imprimir, preencher os dados e protocolar no seu local de trabalho.

REQUERIMENTO

Belo Horizonte/MG, __ de _____ de 2006.

Ao.....

Ref.: Pagamento de adicional de insalubridade.

Conforme é de seu conhecimento, exerço a função de médico perante esta instituição desde .....

De se asseverar que minha atividade profissional sempre esteve relacionada ao desempenho de atividade insalubre.

Tendo em vista que não venho recebendo adicional de insalubridade e considerando que a legislação aplicável garante o direito de recebimento da aludida verba pelo profissional médico, requeiro, imediatamente, que seja apurado e pago o valor atinente ao adicional de insalubridade.

Sendo certo de que meu pleito, por ser jurídico e legal, há de ser acatado.

Peço deferimento.

Dr.....

CRM/MG nº: .....

"SOS Pediatria" discute problemas da especialidade

O movimento "SOS Pediatria: futuro ou fim de uma especialidade", idealizado dentro do Sinmed-MG, promove, dia 14 de março, às 19h30, na Associação Médica de Minas Gerais, o seminário "O Trabalho e o Pediatra". As inscrições são gratuitas e abertas a toda a sociedade, especialmente à classe médica.

O importante evento é resultado concreto da união de várias entidades que, desde outubro de 2005, vêm se reunindo para discutir o momento crítico por que a Pediatria está passando. São elas: Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), Associação Mineira de Médicos Residentes (Amimer), Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRMMG), Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom), Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG), Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e Sociedade Mineira de Pediatria (SMP). Também participam do movimento a Secretaria Estadual de Saúde e as Secretarias Municipais de Saúde de Belo Horizonte e de Santa Luzia.

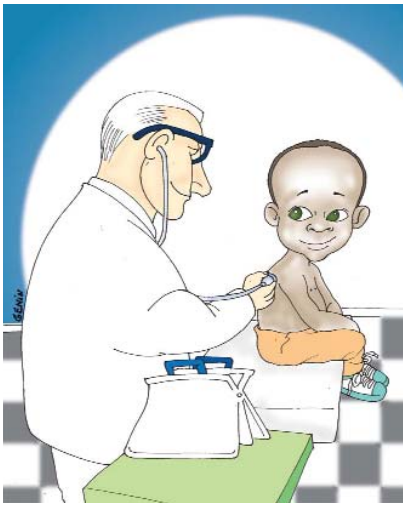
"O objetivo do encontro é apresentar soluções para valorizar e estimular a especialidade, garantindo a sua existência ao longo dos próximos anos", explica o pediatra e 1º secretário Geral do sindicato, Fernando Luiz de Mendonça.

Segundo ele, embora a Pediatria seja a especialidade médica com maior número de profissionais, ainda está ausente nas discussões que interessam à categoria. "O seminário é o pontapé inicial para reverter essa situação", avalia o diretor. Mais informações: (31) 3241-2811.

Situação é preocupante

Fernando Mendonça destaca que a situação da categoria é preocupante. A baixa remuneração, as longas jornadas e as condições de trabalho nem sempre adequadas são dificuldades que têm levado a maioria dos recém-formados a não optarem por essa especialidade. "Os médicos não vêem na Pediatria atrativos para um retorno profissional e financeiro, o que diminui a oferta do serviço nos hospitais privados e aumenta a demanda na rede pública, cada vez mais carente desses especialistas", explica.

Ele adianta que realizar concursos públicos para pediatras; oferecer salários diferenciados para especialidades com alta resolutividade no tempo e no custo do tratamento; disponibilizar o serviço de Pediatria, com profissionais qualificados, nos hospitais públicos e privados; valorizar as consultas pré-natal, pediátrica e do adolescente; estimular a capacitação profissional por meio de cursos; e inserir a participação do pediatra nas equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) são algumas propostas para solucionar os problemas da especialidade.



Opinião das entidades

***Benedito Scarance**, superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria Estadual de Saúde:* "O movimento 'SOS Pediatria' está no caminho certo, pois, antes de qualquer ação, é preciso identificar as causas do problema. Percebendo a escassez desses profissionais, a Secretaria incluiu nos programas 'Pró-Hosp' e 'Viva Vida' ações para valorizar o pediatra na área hospitalar".

***Daniel Pereira**, presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes (Amimer):* "Nosso objetivo é despertar o interesse dos recém-formados pela Pediaria. Na maioria dos casos, os residentes optam pela especialidade como segunda opção, por não terem sido aprovados em outras áreas. A Amimer está realizando uma pesquisa em todos os hospitais que atendem à especialidade para conhecer o perfil de seus residentes e o grau de satisfação com a profissão".

***Eliane de Souza**, conselheira do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRMMG):* "As instituições de saúde precisam entender que a Pediatria não dá 'prejuízo', mas é um investimento social. Ela utiliza pouco os serviços de internação e a tecnologia de equipamentos, porque trabalha com métodos de prevenção, diminuindo as despesas dos planos de saúde e o excesso de demanda da rede pública".

***Ewaldo Mattos**, conselheiro administrativo da Federação Nacional das Cooperativas Médicas (Fencom):* "Apesar de existirem questões pontuais em setores específicos, devemos estudar globalmente o assunto e buscar soluções conjuntas. Há quatro anos, a Fencom organizou reuniões com coordenadores de urgências pediátricas de hospitais privados, já antevendo a situação atual. Hoje, com o contexto agravado, as discussões foram retomadas".

Fábio Guerra, vice-presidente da Sociedade Mineira de Pediatria (SMP): "O reconhecimento do trabalho do pediatra é uma preocupação antiga da SMP, que agora está tendo a oportunidade de somar esforços com outras entidades. O seminário vai ser o marco inicial dessa discussão, que tende a crescer cada vez mais".

***João Luiz Pires Berto**, médico pediatra da Prefeitura de Santa Luzia:* "Santa Luzia possui apenas dois pediatras no quadro fixo da prefeitura. Isso mostra que esses profissionais estão em falta ou, se existem, não estão interessados nos salários oferecidos e nas condições de trabalho. A Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia chegou ao consenso de que é fundamental a participação da Pediatria no PSF e de que haja um vínculo maior dos convênios com a especialidade".

***Mário Lavorato da Rocha**, diretor de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP):* "Apesar da percepção generalizada das dificuldades enfrentadas pela Pediatria, a falta de participação coletiva é uma realidade. Mudar esse cenário será o nosso maior desafio. Essa será mais uma frente de luta da SBP, que já vem apresentando propostas para o Sistema de Saúde Suplementar relacionadas ao exercício da especialidade e realizando fóruns e debates sobre questões públicas de saúde".

***Sônia Matos**, gerente de Assistência da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Belo Horizonte:* "A convite do Sinmed-MG, a SMS começou a participar dessa discussão, principalmente por enfrentar a carência de pediatras nas unidades de urgência. O atendimento à criança não pode deixar de existir. A Pediatria já conseguiu vitórias muito importantes, como exemplo, a queda na taxa de mortalidade infantil".

***Waldemar Henrique Fernal**, diretor adjunto de Comunicação Social da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG):* "A batalha do movimento vai ser longa e o seminário é apenas uma das nossas ferramentas de trabalho. É necessário que os pediatras acreditem mais no sindicato e nas entidades que os representam. A grande luta da AMMG junto à Sociedade Mineira de Pediatria é pela contemplação da especialidade no Programa Saúde da Família".

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
CEP: 30130 090 - BH - MG